

IRPH

2022

Relatório Anual de Atividades



INSTITUTO RIO
PATRIMÔNIO DA
HUMANIDADE

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Laura Di Blasi, *presidente*

Coordenadoria de Estudos e Planos

Henrique Fonseca, *coordenador*

Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural

Natalia Tadros, *coordenadora*

IRPH

A large, stylized graphic of the year 2022. The numbers are rendered in a bold, outlined, sans-serif font. The '2' and '0' are stacked on top of the '2' and '2'. The '0' is positioned to the right of the top '2', and the bottom '2' is positioned to the right of the bottom '2'. The overall effect is a dense, layered composition of the digits.

Relatório Anual de Atividades

A Emmanuel Bellard (1970-2023)
in memoriam

Nosso eterno designer, pensador e amigo, autor do projeto gráfico desse relatório que tivemos de editar, apesar da sua sentida ausência. Esperamos que ele nos perdoe por essa rudimentar tentativa.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA
HUMANIDADE

Laura Di Blasi, *presidente*

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Vera Regina Flores Teixeira, *chefe de gabinete*
Rosane Gonçalves de Oliveira, *assistente*
Michelle Silva Lima, *assessora*
Vera Pais, *apoio administrativo*

COORDENADORIA DE CONSERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Natalia Tadros Barroso, *coordenadora*

GERÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E
MONITORAMENTO

Aline Soares Cordeiro Canto, *gerente*

1º Escritório Técnico (Centro)

Isis Domingues Claro, *gerente*
Ernesto Carneiro Leão Neto
Gabriel Lopes Rheingantz
Sílvia Antunes Lima
Stanys de Almeida

2º Escritório Técnico (Zona Norte / Oeste)

Daniele de Araújo Santos Branco, *gerente*
João Ricardo Luz de Araújo

3º Escritório Técnico (Zona Sul)

Heloísa Ribeiro de Mazza Cerqueira, *gerente*
Jefferson da Costa Lima
Mariana Strauch Arruda
André Csáky Perlingeiro

Escritório Técnico da Paisagem Cultural

Paula Merlini Machado, *gerente*
Lie Kobayashi
Mariana Gross
Leonardo Viana
Carla Guimarães Hermann

Subgerência de Projetos em Bens Tombados

Denise de Souza Slutzky, *subgerente*
Antonio Cassiano da Silva de Souza

Subgerência de Monitoramento em
Bens Tombados

Felipe Cristiano Reigada, *subgerente*
John Dalton Hardinge Bailey de Amorim
Leonardo Barrese Bigli
Marcelo Laranjeira de Oliveira

Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos
Protegidos

Juliana Maria Jabor Santos Faria, *subgerente*
Washington Gonçalves Filho
Renata Jardim
Flávia Abranches

COORDENADORIA DE ESTUDOS
E PLANOS

Henrique Costa Fonseca, *coordenador*

GERÊNCIA DE PROTEÇÃO

Jeanice de Freitas Magina, *gerente*

Subgerência de Cadastro e Pesquisa

Juliana Oakim Bandeira de Mello, *subgerente*
Fabrício Iório Resende
Juliano Tomich Pimentel
Lucia Helena dos Santos Torres
Rafael Ramos Koury

Subgerência de Arqueologia

Helder de Magalhães Viana, *subgerente*
Luiz Paulo Leal de Oliveira
Cristina Lodi

Centro Carioca de Design

Paula de Oliveira Camargo, *gerente*
Emmanuel Bellard

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2021 - 2022

Editor: Henrique Fonseca
Projeto gráfico: Emmanuel Bellard

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH

Rua Gago Coutinho, 52 / 3º andar - Laranjeiras
Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.221-070

Telefone: +55 (21) 2088-1472 / 2088-1473

E-mail: gabinete.irph.smpu.rio@gmail.com

Site: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph>
Facebook: [irph.rio / patrimonioculturalcarioca](https://www.facebook.com/irph.rio/)
Instagram: [@riopatrimoniadahumanidade](https://www.instagram.com/riopatrimoniadahumanidade)

Sumário

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE	7
Breve histórico	7
Competências e atribuições	8
Estrutura Organizacional	8
Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural	15
PATRIMÔNIO MATERIAL	17
Estudos para proteção de bens materiais	17
Estudos de atualização de proteção de bens materiais E determinação de parâmetros em APACs e AEBTs	18
Projetos e obras em bens protegidos privados	20
PATRIMÔNIO MUNDIAL	25
Sítio Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar	25
Sítio Arqueológico Cais do Valongo	26
CENTRO CARIOCA DE PATRIMÔNIO E DESIGN	29
PROJETOS ESPECIAIS	31
Recuperação do sistema de iluminação pública histórica	31
Projetos premiados	33
Outros projetos de destaque	35
3º Prêmio Maurício de Almeida Abreu de teses e dissertações	39
Concurso de fotografias "Olhos de Reviver Centro"	40
Tirolesa do Pão de Açúcar	41
Espaço Dona Ivone Lara	41
Deliberação Normativa do CMPC para publicidade iluminada em áreas de proteção cultural	42
Livro "Mulheres e a construção da cidade: histórias do urbanismo do Rio de Janeiro"	43
Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca	44
Participação no CTPD – Comitê Técnico do Plano Diretor	46
Cartilha de prevenção de incêndios em bens protegidos	46

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

Breve histórico

A história da preservação do patrimônio cultural carioca remonta à época do antigo estado da Guanabara. Por ocasião de sua fusão com o estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio passa a ter administração própria e são então criados os órgãos municipais de tutela do patrimônio cultural.

Através da Lei Nº 474/1983, a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura passa a contar com a Divisão de Proteção do Patrimônio Artístico, cuja atribuição executiva é cuidar dos bens culturais tombados pela municipalidade. A partir da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Teresa e da imensa Área de Entorno de Bens Tombados na zona portuária (Projeto SAGAS) é criado, em 1986, na estrutura da nova Secretaria Municipal de Cultura, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC. Sua finalidade é gerenciar e monitorar os bens tombados e preservados.

Estruturado a partir de três setores – Divisão de Inventário e Planejamento, Divisão de Cadastro e Pesquisa e Divisão de Preservação e Restauração – o DGPC se encarrega de realizar o inventário de bens culturais em diversas áreas da cidade, cadastrando-os e passa a elaborar estudos para propostas de tombamento e de criação de novas Áreas de Proteção Ambiental. Ficam criados três setores que estruturaram o DGPC. Em 1992, a figura de Área de Proteção Ambiental é incorporada para bens de valores ambientais naturais, integrando a Secretaria

Municipal de Meio Ambiente, e o patrimônio edificado passa a ser definido pela figura de Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC. Em 2003, é criada a legislação municipal para proteção de bens culturais de natureza imaterial.

O DGPC permanece em atividade até 2006, quando então é transformado na Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – SEDREPAHC.

Em 2009, entretanto, o órgão municipal de tutela do patrimônio cultural retorna à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, sob a denominação de Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design – SUBPC.

Finalmente, em 2012, através do Decreto Nº 35.879/2012, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, é criado e ratificado pela Lei Nº 5547/2012 como órgão situado na estrutura do Gabinete do Prefeito. Uma das justificativas para a criação do órgão é a gestão do Sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial. A partir de 2017, o IRPH passa a integrar a Secretaria Municipal de Planejamento urbano.

Competências e atribuições

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, é o órgão executivo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro responsável pela salvaguarda e conservação do patrimônio cultural carioca através do inventário, cadastro, instrumentos de proteção, promoção, fiscalização e orientação técnica.

Partindo de uma visão transversal de patrimônio cultural envolvendo território, natureza e geografia, ambiente construído e bens culturais de natureza material e imaterial, o IRPH trabalha desenvolvendo interfaces com diversas pastas municipais – Urbanismo, Cultura, Habitação, Obras, Conservação Urbana, Educação, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Turismo etc.

Devido ao caráter abrangente de sua atuação, o IRPH não se restringe à importância de um órgão de caráter consultivo, mas também deliberativo. É sua atribuição analisar e autorizar intervenções físicas em bens culturais móveis, bens imóveis e áreas urbanas e reconhecidos como de importância cultural para a cidade, sendo também responsável por manter e atualizar banco de dados sobre o patrimônio cultural da cidade. Essa atuação passa por suas áreas técnicas e pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

O IRPH também participa da gestão dos bens culturais da cidade reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial:

- “Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, declarado como Patrimônio Mundial em 2012;
- “Sítio Arqueológico do Cais do Valongo”, reconhecido em 2017 e;
- “Sítio Roberto Burle Marx”, reconhecido em 2021.

Estrutura Organizacional

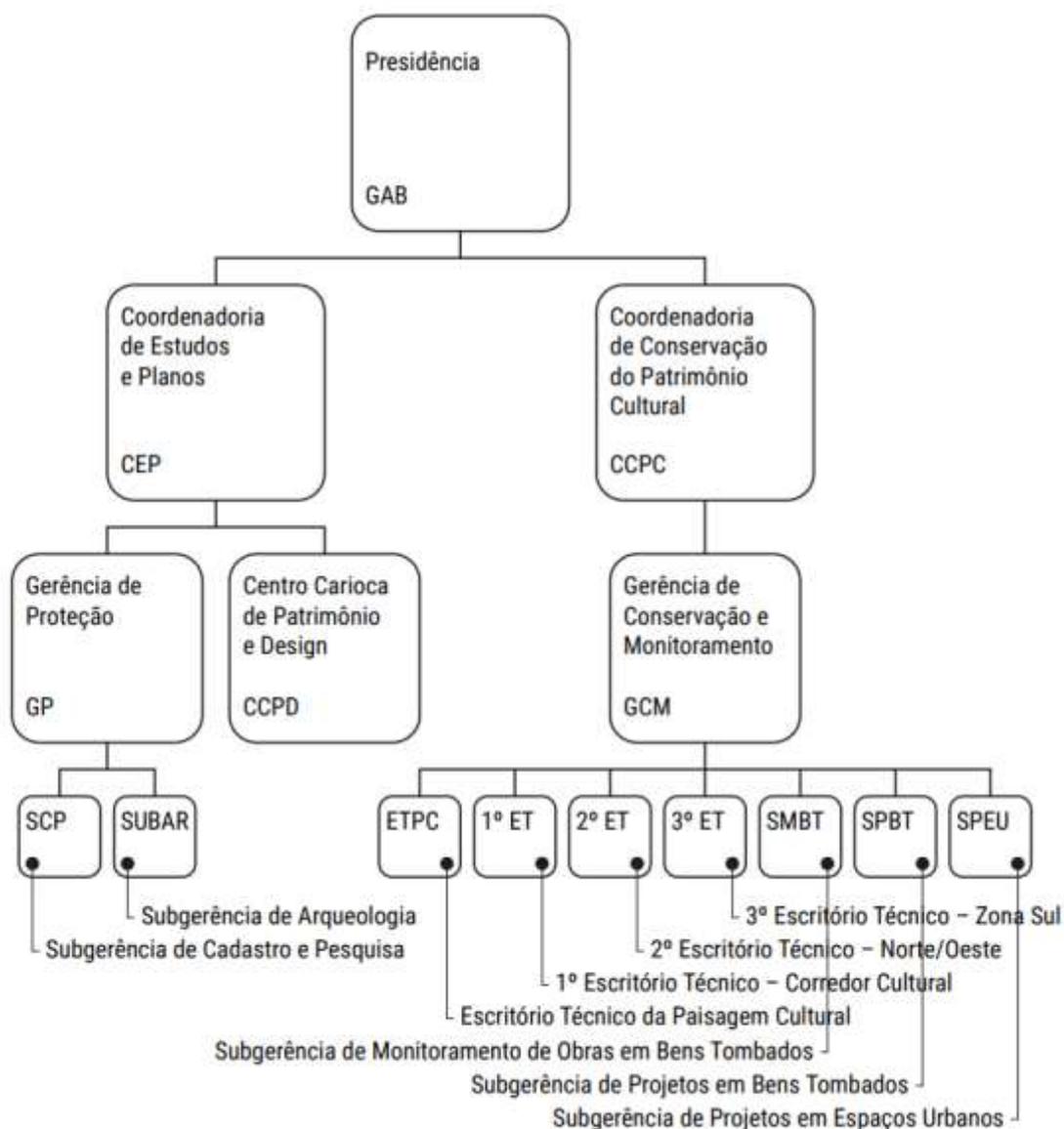
O IRPH está estruturado em duas linhas de atuação:

- o inventário, proteção e promoção, através da Coordenadoria de Estudos e Planos – CEP;
- a conservação e monitoramento do patrimônio cultural, através da Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC.

Conta também com o Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD, ligado à CEP, que é um espaço físico dedicado ao debate, investigação e exposição de temas relativos ao Patrimônio Cultural, Arquitetura, Urbanismo e Design.

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade IRPH

ORGANOGRAMA



Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC

A Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural atua na conservação e monitoramento dos bens culturais de natureza material protegidos por tombamento, sob tutela das Áreas de Proteção Cultural, ou ainda, nas áreas situadas na Paisagem Cultural protegida pela UNESCO. Para tanto, realiza ações de análise, orientação e emissão de parecer técnico para as propostas de intervenções físicas, fiscalização do estado de conservação, acompanhamento e monitoramento de obras, assim como assessora arquitetos, engenheiros e restauradores interessados em intervir nos bens protegidos. Tal assessoramento se configura como verdadeira promoção de educação patrimonial junto às comunidades envolvidas.

A CCPC tem como principais atribuições:

- orientar, analisar e acompanhar a elaboração de projetos e obras nos bens protegidos;
- subsidiar e instruir tecnicamente o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural;
- orientar as propostas de restauração dos bens tombados pela legislação municipal.

Além disso, a Coordenadoria é responsável por pareceres técnicos quanto à instalação de painéis publicitários em bens protegidos e solicitações de isenção de impostos.

Seu quadro técnico, essencialmente formado por arquitetos e engenheiros concursados, é responsável por cuidar de 10.507 bens preservados, 1.747 bens tombados e cerca de 40 áreas protegidas.

A estrutura da CCPC é composta pelos seguintes setores:

- Gerência de Conservação e Monitoramento – GCM;
- Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados – SMBT;
- Subgerência de Projetos em Bens Tombados – SPBT;

- Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos – SPEU;
- Escritórios técnicos (1º, 2º e 3º);
- Escritório Técnico da Paisagem Cultural – ETPC.

Gerência de Conservação e Monitoramento – GCM

Entre as competências da GCM estão:

- gerenciar, analisar, orientar e supervisionar projetos, obras e intervenções, em bens culturais e áreas públicas protegidos pela legislação municipal de patrimônio cultural, tombados ou inseridos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, e em áreas de entorno de bens protegidos pela municipalidade;
- coordenar, orientar e supervisionar estudos, projetos e intervenções urbanas nas áreas e sítios de reconhecido valor e interesse para o Patrimônio Cultural da Cidade;
- gerenciar os Escritórios Técnicos.

Escritório Técnico da Paisagem Cultural – ETPC

São competências da ETPC:

- Reunir e analisar todas as determinações e definições relativas a estudos, projetos, atividades e ações nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Elaborar e acompanhar a execução dos programas e projetos de conservação nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Valorizar a paisagem nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Promover as ações relativas à valorização, preservação e conservação nas áreas reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;

10	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	

- Emitir pareceres sobre licenciamentos, estudos, projetos e intervenções nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Emitir pareceres para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural/CMPC, e demais órgãos da administração para as áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Subsidiar o sistema de informações quanto ao acervo do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro, com as informações inerentes às nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento.

Escritórios Técnicos

São competências do 1º, 2º e 3º Escritórios Técnicos, responsáveis respectivamente pela zona do Corredor Cultural/Centro, Zona Norte/Oeste e Zona Sul:

- Vistoriar, autorizar licença, fiscalizar, orientar e dar aceite em obras de reformas, adaptações de uso e restaurações de bens culturais particulares protegidos pelo Município;
- emitir pareceres referentes aos imóveis situados nas áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- orientar e emitir parecer em processos de licenciamento para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais protegidos, nas áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- elaborar pareceres para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em imóveis protegidos, situados em áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- emitir parecer quanto ao estado de conservação e estabelecer as exigências para recuperação dos imóveis protegidos pelo patrimônio cultural;

- orientar as comunidades locais quanto às ações relativas à preservação do Patrimônio Cultural das áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- informar aos órgãos competentes sobre os bens protegidos que se encontram em mau estado de conservação ou com obras irregulares verificadas nas áreas protegidas;
- avaliar e propor as ações, visando ao cumprimento da legislação de proteção do Patrimônio Cultural da Cidade;
- manter cooperação com os órgãos de planejamento urbano, de fiscalização de obras, garantindo as ações necessárias à conservação dos bens culturais;
- acompanhar a execução dos programas de conservação, de recuperação e valorização do Patrimônio Cultural e do ambiente urbano;
- colaborar na análise e implantação dos projetos paisagísticos ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- avaliar e propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais protegidos e passíveis de renovação, situados nas áreas sob a tutela do Escritório Técnico.

Subgerência de Projetos em Bens Tombados – SPBT

Entre as competências da SPBT estão:

- Elaborar projetos de restauração, conservação ou readequação em imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- analisar e orientar projetos de restauração, conservação ou readequação em bens particulares e públicos, protegidos pelo instrumento de tombamento;

- emitir parecer técnico para concessão da isenção do imposto predial territorial urbano para imóveis protegidos pelo instrumento do tombamento;
- promover vistorias emergenciais para avaliação de sinistros em bens protegidos;
- elaborar parecer técnico para instruir as demandas do CMPC e demais órgãos da administração;
- participar de grupos de trabalhos em cooperação com os demais órgãos da administração;
- elaborar, orientar ou acompanhar os convênios e contratos projetos de restauração, conservação ou readequação em bens imóveis protegidos.

Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados – SMBT

São competências da SMBT:

- Elaborar, orientar, acompanhar e dar aceite em obras de restauração, conservação ou adequação em bens imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- elaborar, orientar ou acompanhar projetos de cálculo estrutural e de instalações prediais de bens imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- elaborar e/ou orientar a execução de escopo de serviços e planilhas orçamentárias de projetos e obras promovidas pelo órgão, com base no Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO;
- elaborar e aferir composição de preços unitários de serviços especializados de restauração e de conservação de bens imóveis;
- elaborar, orientar e/ou acompanhar os convênios e contratos cujo objeto é a execução de obras de restauração, conservação e/ou readequação em

bens imóveis protegidos, promovidas pelo órgão;

- elaborar pareceres técnicos para instruir análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC e demais órgãos da administração;
- interagir com os demais órgãos municipais de fiscalização de obras que atuam com sistemas orçamentários de obras e serviços de engenharia - Relatório Anual de Atividades 2021 12 Instituto Rio Patrimônio da Humanidade IRPH
- elaborar relatórios técnicos para formulação de respostas aos questionamentos dos órgãos de auditoria e controle a respeito das obras fiscalizadas pela Gerência;
- promover vistorias emergenciais para avaliação de sinistros em bens protegidos.

Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos – SPEU

São competências da SPEU:

- Elaborar, orientar ou acompanhar, projetos urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- elaborar, orientar, acompanhar e dar aceite em obras urbanísticas em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- analisar e orientar projetos urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- elaborar Termos de Referência de projetos e obras promovidos pelo Órgão para fins de requalificação urbana nas áreas urbanas protegidas por legislação de proteção do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro;

12	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	

- elaborar, orientar e/ou acompanhar os convênios e contratos cujo objeto é a execução de obras de requalificação urbana nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural;
- manter intercâmbio com órgãos públicos, privados, instituições nacionais e/ou internacionais, pessoas físicas e/ou jurídicas, visando ações voltadas à conservação e valorização do ambiente cultural do Município do Rio de Janeiro;
- manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, desenvolvimento econômico, educação, habitação e promoção social, assim como os de âmbito federal e estadual de proteção do Patrimônio Cultural;
- elaborar parecer técnico para instruir as demandas do CMPC e demais órgãos da administração.

Coordenadoria de Estudos e Planos – CEP

A Coordenadoria de Estudos e Planos atua na realização de pesquisas e ações com vistas à identificação, valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural da cidade tanto de natureza material quanto imaterial, no desenvolvimento de estudos para a criação de áreas de proteção do ambiente cultural e no estabelecimento de parâmetros específicos com o objetivo de preservar o ambiente cultural urbano. Atua também na pesquisa e identificação de sítios e áreas de potencial arqueológico da cidade.

A CEP tem como principais atribuições:

- definir e propor critérios de identificação, classificação e atualização de áreas, bens de interesse cultural, sítios e acervos arqueológicos para fins de proteção legal pelo poder público municipal;
- coordenar a realização de inventários, pesquisas, cadastro e divulgação dos bens de valor cultural do Município do Rio de Janeiro.

Os trabalhos técnicos da Coordenadoria são desenvolvidos através da Gerência de Proteção, que conta com a Subgerência de Cadastro e Pesquisa, a Subgerência de Arqueologia e a Gerência de Design, responsável pela gestão do Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD e apoio técnico em projetos institucionais.

Gerência de Proteção – GP

São competências da GP:

- Gerenciar a elaboração e a supervisão de estudos visando à proteção, conservação e valorização dos bens culturais de natureza material e imaterial de interesse para o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- identificar, inventariar e classificar bens culturais de natureza imaterial, áreas urbanas e bens culturais de natureza material, móveis e imóveis, de interesse para a proteção legal pelo Município do Rio de Janeiro;
- propor critérios e normas de proteção utilizando-se dos instrumentos da legislação em vigor para as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, Áreas de Entorno de Bens Tombados e demais áreas protegidas e de interesse à proteção legal;
- incluir as ferramentas e disciplinas do design na valorização da memória e da identidade cultural carioca;
- avaliar, sempre que necessário, os critérios de proteção estabelecidos para bens ou áreas, visando sua atualização;
- avaliar e emitir parecer em projetos de intervenção, para deliberação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de acordo com a legislação vigente;
- supervisionar pesquisas, cadastro de sítios e o gerenciamento de acervo de arqueologia sob a responsabilidade ou salvaguarda do Município;
- estabelecer e manter intercâmbio de informações e procedimentos com as

instituições estaduais e federal de proteção ao Patrimônio Cultural, bem como com outras instituições públicas ou privadas e órgãos da administração municipal com o objetivo de implementar e aperfeiçoar os instrumentos de Proteção Cultural;

- manter atualizado e disponível para consultas o sistema e o acervo técnico de informações do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro.

Subgerência de Cadastro e Pesquisa – SCP

São competências da SCP:

- Propor e elaborar pesquisas sobre a história, a memória e o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- identificar e elaborar pesquisas sobre os bens culturais de natureza material e imaterial, protegidos ou de interesse à proteção pelo Patrimônio Cultural;
- manter o registro iconográfico e demais documentos disponíveis, referentes a imóveis indicados pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, autorizados para demolição ou renovação;
- organizar, manter, conservar, atualizar e manter disponível para consultas o acervo técnico e biblioteca referentes ao Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- colaborar com os órgãos da área educacional e de cultura nas políticas de capacitação técnica e de educação patrimonial.

Subgerência de Arqueologia – SUBAR

São competências da SUBAR:

- Acompanhar e orientar estudos, projetos e pesquisas arqueológicas decorrentes de obras de intervenção em bens protegidos, em áreas de interesse histórico ou em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC;
- orientar e acompanhar ações que vi-

sem à identificação e valorização de sítios arqueológicos na cidade do Rio de Janeiro;

- propor a delimitação de sítios arqueológicos e suas áreas de entorno; • elaborar e manter atualizada a Carta de Potencial Arqueológico do Município do Rio de Janeiro;
- registrar e cadastrar os sítios arqueológicos decorrentes de achados fortuitos;
- manter, gerir e promover ações voltadas à conservação de material arqueológico sob a salvaguarda do Município do Rio de Janeiro;
- contribuir com a atualização do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos em cooperação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD

Criado na estrutura municipal em 2009, o Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD, nome pelo qual é conhecido, trabalha para a promoção e difusão do design na cidade do Rio de Janeiro, promovendo exposições, seminários, palestras, publicações e outras formas de geração de conteúdo. Seu espaço é aberto a profissionais e estudantes de Design e áreas relacionadas (Arquitetura, Urbanismo, Artes, entre outras), bem como à população de maneira geral.

O CCD funciona no sobrado histórico conhecido como Casa de Bidu Sayão, na Praça Tiradentes. Sua localização no Centro Histórico da cidade do Rio de Janeiro integra a proposta de dinamizar o Patrimônio Histórico e Cultural através de iniciativas que vinculam a casa à cidade, visando estimular o pensamento urbano através do design.

Atualmente, busca apresentar relações mais estreitas entre design e patrimônio cultural, especialmente por integrar a estrutura do IRPH e pelo ambiente urbano em que está inserido, tendo como missão “divulgar e promover o design como bem cultural e transformador da cidade, dos centros urbanos e da sociedade”.

São competências do CCPD:

- Promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- realizar cursos, seminários e exposições;
- propor e executar atividades voltadas à promoção das relações entre design, o território, o patrimônio cultural material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro, buscando valorizar a memória e a identidade cultural carioca;
- manter intercâmbio com instituições públicas e privadas, pessoas físicas ou jurídicas, instituições de ensino, nacionais ou internacionais, visando à cooperação técnica na área de patrimônio e design;
- promover e operacionalizar as ações referentes à participação da cidade do Rio de Janeiro na Rede Mundial de Distritos de Criatividade;
- fomentar ações voltadas à educação patrimonial.

Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro é o órgão colegiado consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei nº 161 de 5 de maio de 1980. Compete ao CMPC examinar, apreciar e deliberar questões relacionadas às diretrizes referentes às políticas públicas de patrimônio cultural através da proteção e conservação de bens imóveis, declaração de áreas de proteção do ambiente cultural, declaração de áreas de entorno de bens tombados e registros de bens de natureza imaterial. Também lhe compete manifestar-se sobre os estudos, pesquisas e propostas de proteção desenvolvidas pelo Instituto, bem como sobre a realização de intervenções em bens protegidos pela municipalidade.

O CMPC é presidido pelo IRPH e integrado por representantes do governo e da socie-

dade civil. Realiza reuniões quinzenais, mas, a depender da necessidade e urgência, pode efetuar reuniões extraordinárias.

Em 2022, foram analisados 238 processos em 20 reuniões ordinárias que foram realizadas.

Membros constituintes

Em 2021, com a publicação do Decreto RIO "P" Nº 175, de 12 de março de 2021, foi alterada a constituição do Conselho que, com mandato de 2 anos, passou a ser composto pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- Presidente: Laura Di Blasi
- titular: Luiz Eduardo Pizzotti Fernandes
- suplente: *Luiz Eduardo Pinheiro da Silva*
- titular: Cláudia Alves de Oliveira
- suplente: *Leila Menna Barreto*
- titular: Mariana Barroso Ferreira
- suplente: *Eliana Alves Rodrigues*
- titular: Maria Cristina Vereza Lodi
- suplente: *Maria da Conceição Alves de Guimarães*
- titular: Giovanni B. Pierre da Conceição Harvey
- suplente: *Andréa De Lacerda Pessoa Borde*
- titular: Evelyn Furquim Werneck Lima
- suplente: *Clara Maria Paulino Cáo*
- titular: Antonio Edmilson Martins Rodrigues
- suplente: *Mario Aizen*
- titular: André Luiz Meuser Zambelli
- suplente: *Natércia Rossi*

	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	15

Patrimônio material

O patrimônio material é formado pelo conjunto de bens culturais divididos em imóveis e móveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos, bens individuais, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos e arquivísticos.

Para proteção dos bens de natureza material o Plano Diretor da cidade dispõe como instrumentos: tombamento, instituição das áreas de entorno de bem tombado e instituição das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC).

Estudos para proteção de bens materiais

Faz parte da competência do IRPH a realização de estudos, pesquisas, inventários e relatórios sobre os bens de potencial interesse cultural da cidade. A origem desses estudos pode ser a mais diversa: cidadãos, entidades privadas, instituições públicas, Câmara Municipal ou mesmo proposições do próprio corpo técnico. Com o estudo concluído, este é submetido ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC, que aprova, desaprova ou pode fazer recomendações e solicitações complementares. Apenas após sua aprovação a proposta é encaminhada ao Prefeito para determinar o prosseguimento ou interrupção dos estudos de proteção. Os estudos a seguir são apenas alguns selecionados dentre diversos realizados pela Subgerência de Cadastro e Pes-

quisa, entretanto, o prosseguimento de tais propostas ainda pode depender da manifestação do CMPC e da decisão do Prefeito, conforme Lei Nº 928, de 22/12/1986.

Antiga Fundação Romão Duarte

Localização: Rua Paulo VI, 60 - Flamengo

o imóvel de arquitetura eclética e traços classicizantes abrigou a instituição filantrópica de acolhimento de menores cuja trajetória se estende por quase três séculos.



Em uma parceria com a iniciativa privada, os estudos para tombamento têm considerado as características do projeto de transformação da edificação para abrigar novo uso residencial multifamiliar, além da construção de novos edifícios no próprio lote. O projeto vêm sendo orientado desde sua concepção, com a ideia de aliar a preservação da edificação histórica à instalação dos novos usos.



Solar oitocentista na Rua do Bispo

Localização: Rua do Bispo, 83 - Rio Comprido

Estudo para tombamento de antigo solar oitocentista na Rua do Bispo, 83, no Rio Comprido: um palacete que remete às chácaras do século XIX que marcaram o início da ocupação do bairro.



O imóvel, que nos últimos anos abrigava a Casa de Cultura da Universidade Estácio de Sá, fará parte de um empreendimento imobiliário residencial. Enquanto novos edifícios de uso

residencial multifamiliar serão construídos no grande lote que se estende por detrás da edificação de valor histórico, esta será tombada, restaurada e adaptada a um novo uso que, a princípio, deverá abrigar área de uso comum do conjunto residencial, como um belíssimo salão de festas.

O estudo sugeriu a proteção, além desse palacete, de outras três edificações do mesmo período que ainda existem em seu entorno imediato e que formam um conjunto único e relevante. São elas:

Dois edifícios do Hospital da Casa de Portugal (prédios da Neurocirurgia e Solar Marina de Mattos Lopes), localizados à Rua do Bispo, 72 e 84 e; uma construção ocupada pela PCRJ, localizado à Rua do Bispo, 159/167.

Estudos de atualização de proteção de bens materiais e determinação de parâmetros em APACs e AEBTs

AEBT do Ministério da Fazenda

A Área de Entono de Bem Tombado - AEBT do Ministério da Fazenda, estabelecida em 1997, trata do entorno deste importante exemplar de arquitetura *art déco* localizado à Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, Centro.

A atualização deste instrumento identificou outros imóveis que se destacam dentro do conjunto estabelecido na década de 1990 e propôs a proteção, via preservação na AEBT, de três outros exemplares de arquitetura, um *art déco* e dois de arquitetura moderna:

Edifício Mayapan - Avenida Almirante Barroso, 91. Edificação *art déco* de autoria de Mário Freire e construção de Freire e Sodré, com data de 1940. Seu proprietário original foi a Companhia de Imóveis do Rio de Janeiro. O edifício tem como característica mais marcante aquilo que foi carinhosamente apelidado de "Bolo de Noiva" em face das características rebuscadas da decoração aplicada em suas fachadas, lembrando o glacê de açúcar.



Edifício Aliança da Bahia - Rua Araújo Porto Alegre, 36. Edificação modernista projetada pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo (1957) e erguido pela Severo Villares do Rio de Janeiro entre 1957-1961. Seu proprietário original foi a Aliança da Bahia Capitalização.

Edifício Antônio Severo - Rua Anfilóbio de Carvalho, 29. Edificação modernista projetada pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo (1957) e erguido pela Severo Villares do Rio de Janeiro em 1961. O Edifício Antônio Severo exemplifica a linguagem formal típica dos edifícios comerciais da década de 1950, com pilotis de altura dupla (conforme o Plano Agache), panos cegos nas empenas mais estreitas, ligeiro recuo das superfícies envidraçadas e uma notável intenção de trabalhar plasticamente a composição dos vãos e esquadrias, incorporando elementos estruturantes aos panos de vidro.

Atualização da APA de Santa Teresa

O tradicional bairro de Santa Teresa, um dos bairros mais visitados e conhecidos pelos turistas que veem à cidade do Rio de Janeiro, foi a segunda área de proteção conjunta da cidade



a ser elaborada, em 1984, a pedido das associações de moradores locais. A Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa foi criada pela Lei nº 495/1984, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.050/1985.

Hoje, cerca de 40 anos depois, e diante da modificação e atualização das teorias de patrimônio cultural, o IRPH se propõe a revisar e atualizar este instrumento, de modo a melhor atender às necessidades do bairro, que naturalmente se modificaram durante todos esses anos.

Para tanto, ao longo de 2022 e, ainda em andamento, o IRPH vêm realizando vistorias periódicas ao bairro, levantando documentação histórica, legislações e identificando novos bens de interesse à proteção do patrimônio cultural, com o objetivo de propor nova legislação de proteção do ambiente e do patrimônio cultural do bairro de Santa Teresa.



Projetos e obras em bens protegidos privados

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Localização: Avenida Pasteur, 404 – Urca.

Grau de proteção: Bem Tombado Municipal

Legislação: Decreto nº 13.275/1994

Projeto de restauro para o Escritório do Rio de Janeiro, do Serviço Geológico do Brasil – CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais).



A edificação de linha neoclássica tardia foi projetada em 1880 para ser a primeira universidade do Brasil. Sediou o Palácio dos Estados, em 1908, durante a Exposição Nacional. Desde então, foi ocupado por várias repartições públicas, até que o Instituto de Mineralogia fosse ali instalado, nos anos 1970. Em 23 de maio de 1973, o bloco ocupado pelo Museu de Ciências da Terra foi atingido por um incêndio de grandes proporções, que extinguiu mais de 160 mil livros e destruiu uma ala inteira do prédio.

A proposta de restauro contempla a reconstrução interna da ala sinistrada, dentro de modernos padrões de segurança e acessibilidade, para restituição da função museológica. O projeto prevê, ainda, a criação de terraço panorâmico sobre a prumada a ser reconstruída.

Rua Jornalista Orlando Dantas, 36

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Decreto nº 22.221/2002 e Decreto 22.643/2003



As obras de reforma foram concluídas em outubro fim de 2022. Seu uso atual é institucional, voltado para uso educacional FGV.

Avenida Portugal, 716

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Decreto nº 7.451/1988

Conforme documentação e fotos apresentadas pelo proprietário, esse imóvel foi o primeiro residencial do bairro, após a construção de equipamentos institucionais como forte, igreja, entre outros. Uso residencial unifamiliar.



20	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	

Rua Cosme Velho, 561

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 1.784/1991

As obras foram concluídas no fim de 2022, após a desocupação do antigo Museu de Arte Naif.

Será reconvertido para uso comercial.

Esta revitalização teve como objetivo a obtenção do Certificado de Adequação a fim de manter o benefício da Isenção de IPTU.



Rua do Rezende, 77

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Decreto nº 11.883/1992



As obras foram concluídas no fim de 2022 para obter a Renovação do Certificado de Adequação, a fim de se renovar benefício da isenção de IPTU.

Seu uso atual é de restaurante, no térreo, e de oficina/loja de artesanato, em parte do sobrado.

Rua Regente Feijó, 34

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987



As obras foram concluídas no fim de 2022 para atender ao Laudo de Aptidão, emitido para o imóvel a fim de se obter o benefício da isenção de IPTU. Seu uso atual é residencial multifamiliar.

Rua do Senado, 76 e 78

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Decreto nº 11.883/1992

Recuperação de imóvel para atender as exigências visando a obtenção do Certificado de Adequação, com a orientação do corpo técnico do IRPH.

Rua dos Andradas, 23

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987



Recuperação de imóvel para atender as exigências visando a obtenção do Certificado de Adequação, com a orientação do corpo técnico do IRPH.

Avenida Passos, 53

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987



Recuperação de imóvel para atender as exigências visando a obtenção do Certificado de Adequação, com a orientação do corpo técnico do IRPH.

Rua do Rosário, 129

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987

Recuperação de imóvel visando obter o Certificado de Adequação.



Rua Joaquim Silva, 127

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987



Recuperação de imóvel visando obter o Certificado de Adequação

Rua Joaquim Silva, 40

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987



Recuperação de imóvel visando obter o Certificado de Adequação.

Rua Sete de Setembro, 134

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Lei nº 506/1984 e Lei nº 1.139/1987



Recuperação de imóvel visando obter o Certificado de Adequação.

Avenida São Sebastião, 170

Grau de proteção: Preservado

Legislação: Decreto nº 7.451/1988



Recuperação de imóvel visando obter o Certificado de Adequação.

Números do IRPH em 2022

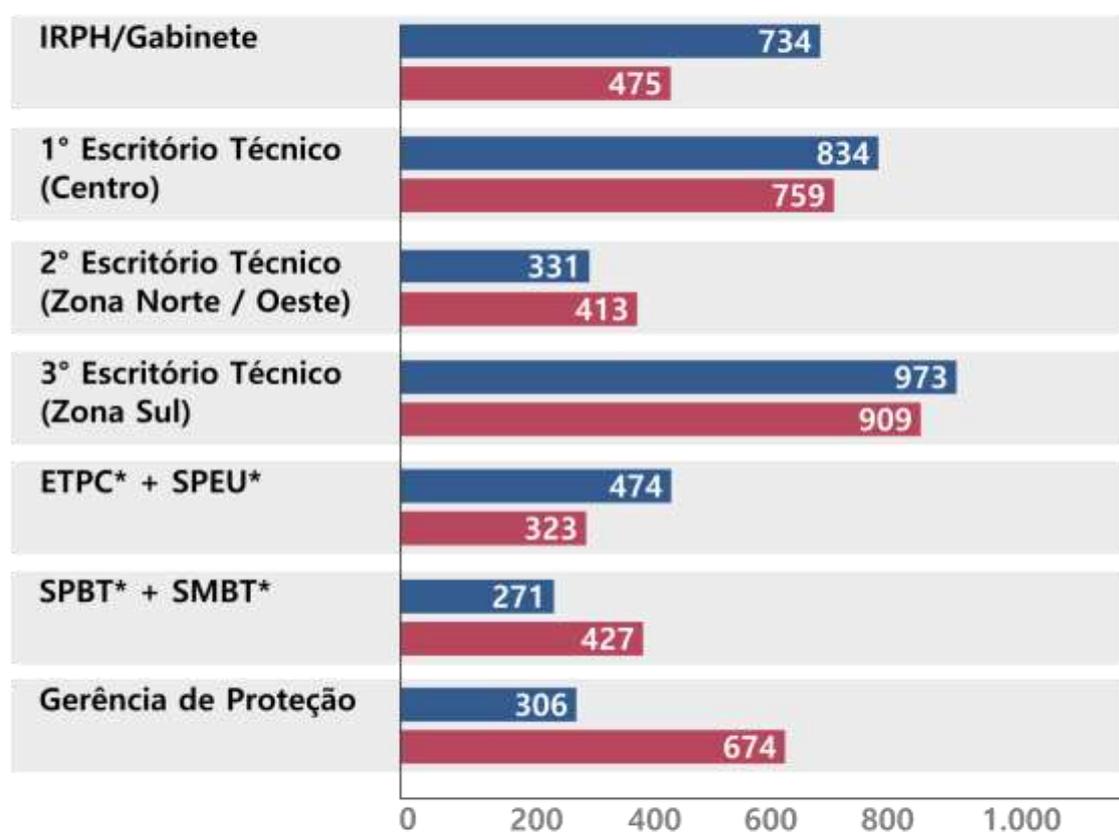
Licenciamento de obras em bens protegidos pelo Patrimônio Cultural

3.189

Processos analisados

3.505

Atendimentos /
vistorias realizadas



■ Processos analisados

■ Atendimentos / vistorias realizadas

*ETPC = Escritório Técnico da Paisagem Cultural

*SPEU = Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos

*SPBT = Subgerência de Projetos em Bens Tombados

*SMBT = Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados

Patrimônio mundial

No ano de 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural) criou o Comitê e a Lista do Patrimônio Mundial. Desde então, os países signatários da Convenção indicam os bens dotados de valor universal excepcional, ou seja, de importância única para o mundo, por refletirem o processo civilizatório da humanidade. No aceite da candidatura, os bens inscritos passam a ser cancelados com o título de Patrimônio Mundial.

A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO gera um impacto econômico positivo, principalmente em relação ao turismo, na medida em que as comunidades locais e internacionais dele se apropriam e passam a divulgar este reconhecimento. Assim, para cada sítio deve ser elaborado um Plano de Gestão que garantirá o equilíbrio entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento a partir de compromissos assumidos pelos governos dos países, visando à manutenção deste valor universal excepcional que se pretende salvaguardar.

Existem atualmente 1.233 Sítios de Patrimônio Mundial, sendo 931 culturais, 257 naturais e 45 mistos, localizados em 167 países. Destes, 22 estão localizados no Brasil e 3 na cidade do Rio de Janeiro.

Sítio Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar

No ano de 2022 foram comemorados os 10 anos da inscrição do Sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar na Lista do Patrimônio Cultural Mundial, tornando-se a primeira área urbana de suas dimensões e complexidade a ser declarada como Paisagem Cultural. Em julho de 2022, como comemoração, a estátua do Cristo Redentor, localizada no Parque Nacional da Tijuca e um dos pontos mais importantes do Sítio, foi iluminado com as cores do Sítio Patrimônio Mundial, azul e verde. Também publicamos o artigo 10 anos de patrimônio mundial paisagens cariocas na Revista CidadeINNOVA, editada pela Prefeitura do Rio, em setembro 2022.



Como parte das atividades ligadas ao monitoramento e gestão do sítio declarado Patrimônio Mundial, o ETPC manteve o trabalho de acompanhamento dos pedidos de intervenção nas áreas do Sítio, incluindo sua zona de amortecimento, além das seguintes ações:

- Participação no Grupo de Trabalho para elaboração da Minuta do Decreto Rio 50.798 de 13 de maio de 2022 - **Antenas ETR's (janeiro a abril 2022)**;
- Participação no III Ciclo de Relatórios Periódicos da UNESCO - LAC 2022 (América Latina e Caribe) – Trabalho realizado através de preenchimento de questionário online que foi elaborado em conjunto com órgãos gestores dos Sítios Paisagens Culturais (abril, maio e junho de 2022);
- Elaboração da minuta do decreto para criação do Grupo de Trabalho para elaboração do plano de ordenamento e revitalização das Orlas de Copacabana e Leme, compromisso assumido junto à UNESCO no plano de gestão do Sítio Paisagens Cariocas (setembro e outubro 2022);
- Participação no relatório visando avaliar a Recomendação Sobre a Paisagem Histórica Urbana – HUL – UNESCO – Trabalho realizado em conjunto com IPHAN E UFRJ (Outubro 2022);
- Levantamento da atual situação dos elementos arbóreos tombados do Município do Rio de Janeiro (outubro 2022);
- Acompanhamento das obras da SECONSERVA para revitalização do Parque do Flamengo;
- Estudo de impactos da 5ª fachada de edificações situadas nos pontos de visualização do Sítio UNESCO;

Além disso, também cabe mencionar a participação do IRPH, com representantes em grupos de trabalho, comitês e conselhos:

- Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDS, coordenado pelo Escritório de Planejamento – EPL, da Secretaria Municipal da Casa Civil;

- Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca – PNT;
- Comitê Técnico Permanente de Implantação e Acompanhamento do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica– CTPMMA;
- Conselho do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca – CONSEMONA;
- Conselho Gestor do PNM e APA Paisagem Carioca.
- Conselho Municipal de Turismo – COMTUR
- Comissão Carioca de Nominção de Logradouros e Equipamentos Públicos – CCNLEP

Sítio Arqueológico Cais do Valongo

Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana – LAAU

O IRPH é responsável pela guarda do acervo arqueológico resgatado durante as intervenções urbanísticas de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro, principalmente após a revelação do Sítio Arqueológico Cais do Valongo / Cais da Imperatriz em 2011. Esse acervo é composto pelos achados da chamada Fase I das obras do Porto Maravilha – mais de 1 milhão de peças registradas e acondicionadas em aproximadamente 900 caixas, além do material de grande porte, a Pedra Fundamental do prédio da antiga Cia. Docas de D. Pedro II, canhões, âncoras, pedras lavradas e outros objetos; e de 245 peças de grande porte oriundas das escavações da Fase II.



Desde 2014 a gestão das coleções arqueológicas do LAAU é feita através de contratos com empresas de arqueologia, firmado pela Prefeitura, através do IRPH e com a fiscalização do IPHAN, totalizando um investimento direto de mais de 5,5 milhões de reais.



O ano de 2022 no LAAU foi marcado principalmente pelas ações de conservação e guarda, com acomodação do acervo nos containers, e atividades de extroversão, como a instalação de uma mostra do acervo no LAAU, uma exposição no MUHCAB e a parceria com o Instituto Moreira Sales para uma exposição em São Paulo, em 2023.

A mostra do acervo do LAAU foi instalada na sala 2 do Mezanino do Armazém Docas D. Pedro II, com o objetivo de apresentar o acervo arqueológico que se encontra sob a guarda do LAAU, oriundo de pesquisas arqueológicas realizadas na região portuária do Rio de Janeiro, a partir da seleção de peças representativas e dos materiais ali depositados. A mostra em tela não se encontra aberta ao público em geral, ela é direcionada aos gestores públicos, sociedade civil e demais convidados do IRPH.



Um acordo de cooperação técnica, também firmado em 2022, entre o IRPH e o Instituto D'Orbigny, tem conjugado esforços em apoio às atividades de pesquisa, extroversão, educação, aprimoramento técnico e científico e conservação dos bens arqueológicos móveis sob a guarda do Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana – LAAU e demais objetos de atuação do IRPH. Como fruto dessa cooperação, foi viabilizado em 2022 o empréstimo de vitrines para a mostra do LAAU e a exposição Achados do Valongo.

Está também em curso desde o final de 2022, o desenvolvimento de um projeto para conservação de materiais ferrosos, previsto para ser executado em 2023/2024, contando com oficinas, seminário, publicações e a instalação de um laboratório de conservação.

Exposição Achados do Valongo

A exposição intitulada Achados do Valongo, inaugurada em 30 de novembro de 2022, no MUHCAB – Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira resultou da parceria entre o IRPH, o IPHAN, o MPF, o MUHCAB, o Museu Nacional e o Curso de Arqueologia da UERJ, cujas professoras foram responsáveis pela curadoria. Pela primeira vez apresentadas na cidade, cerca de 180 achados arqueológicos estão na exposição, consistindo em cerâmicas, piaçavas, pedras e peças em vidro que contam um pouco da herança africana no Rio. Esses achados ar-



queológicos, que estavam no antigo Cais do Valongo e arredores, lugar onde operou o maior mercado de africanos escravizados do Brasil, fazem parte do acervo do LAAU.

Rio

Achados arqueológicos da região do Cais do Valongo são expostos pela primeira vez ao público

Exposição será aberta nesta quarta-feira (10) no Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (Muhcab). São 100 peças como cachimbos de barro, materiais de cobre, âmbar, corais e miniaturas de uso ritual

Por Corredor Dias — Rio de Janeiro
20/03/2022 19h00 - Atualizado há 2 meses



Complementando a programação de abertura da exposição Achados do Valongo, foi realizado um seminário com professores do Museu Nacional e UERJ e alunos, além de gestores do LAAU, que compartilharam seus conhecimentos resultantes das pesquisas arqueológicas, envolvendo o importante acervo resgatado no Cais do Valongo e arredores. Participantes e representantes das entidades relacionadas à cultura afro-brasileira e comunidades da região portuária estiveram presentes na audiência de mais de 100 pessoas.



Centro Carioca de Patrimônio e Design

O Centro Carioca de Patrimônio e Design foi criado na estrutura municipal em 2009, e abriu suas portas ao público em 30 de março de 2010. Em 2020, a casa foi fechada ao público em função da pandemia de Covid-19. Localizado na Praça Tiradentes, no 48, no sobrado conhecido como Casa de Bidu Sayão, o CCD permaneceu fechado durante o ano de 2022.

Desse modo, as atividades da ficaram focadas em:

- Desenvolvimento de novo projeto para ocupação do imóvel, vinculado à proposta do Laboratório de Soluções Urbanas conduzido pela SMPU;
- Desenvolvimento do Manual de prevenção e combate a incêndios em imóveis protegidos: editoração, diagramação, projeto gráfico;
- Acompanhamento do grupo de trabalho Centro Unido, que visa fortalecer os estabelecimentos culturais do Centro da cidade;
- Acompanhamento do grupo de trabalho de Inovação no Centro, conduzido pelo Sebrae, buscando estratégias para dinamizar a economia criativa;
- Participação no Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- Participação na banca avaliadora do Prêmio Maurício de Almeida Abreu de Teses e Dissertações, promovido pelo IPP;

- Produção de conteúdo e acompanhamento da realização do livro "Mulheres e a construção da cidade: histórias do urbanismo do Rio de Janeiro";



- Retomada da realização da Tiradentes Cultural, evento que acontecia no primeiro sábado de cada mês, na Praça Tiradentes, cuja realização foi interrompida pela pandemia. Em 2022, foram realizadas edições nos meses de outubro e dezembro;



- Visitas periódicas para acompanhamento do estado do imóvel e para apresentação do mesmo a potenciais parcerias.

Projetos especiais

Recuperação do sistema de iluminação pública histórica

Ainda nos dias de hoje, ao caminharmos pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, podemos rememorar importantes acontecimentos históricos, experienciar espaços públicos carregados de valores simbólicos e afetivos, marcos na paisagem de diferentes períodos da história desta cidade.

Assim, o conjunto urbano preservado do Centro, com seus sobrados, palacetes, igrejas, pisos em pedras costaneiras, becos e ruas estreitas iluminadas por arcos e postes em ferro fundido, se configura com camadas sobrepostas intrínsecas à forma como lemos a cidade em diferentes tempos e vivências, apresentando signos e desígnios do que ora foi esperado na ocupação desse espaço tão relevante e único.

Neste contexto, a iluminação pública histórica, com peças em ferro fundido remanescentes e ainda conservadas, com seu repertório, seus ritmos de implantação, sua existência e resistência às transições deste recorte territorial, exerce papel significativo na ambiência e na paisagem do Corredor Cultural. Tais peças ainda existentes, a medida em que a cidade se moderniza, vêm sendo substituídas por novos modelos, e, aos poucos estão deixando de fazer parte da paisagem carioca, o que torna o Projeto de Recomposição do Sistema de Iluminação Histórica do Rio de Janeiro tão relevante e necessário para conservação deste ambiente histórico protegido.



A proposta de recuperação da iluminação histórica do Centro foi desenvolvida pela equipe técnica do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), inicialmente no âmbito do Programa Centro Para Todos (2015/2016), quando foi elaborado um mapeamento dos elementos remanescentes e, conjugando esforços de diferentes órgãos, fez uma proposta para restauração dessas peças. Atualizada no contexto do Programa Reviver Centro (Decreto Municipal nº48.348/2021), a ação visa recuperar o sistema de iluminação histórica e devolver à paisagem carioca os arcos, cordoalhas e postes de ferro fundido.



A partir da iluminação pública e do Projeto de Recomposição do Sistema de Iluminação Histórica buscamos promover maior sensação de segurança, facilitando, portanto, a ocupação do Centro histórico e valorizar o patrimônio cultural, resguardando os elementos provenientes, em maior parte, da iluminação pública do início do século XX, ainda remanescentes no Centro.

No que concerne aos aspectos metodológicos, elencou-se uma área piloto de atuação e estudo, após isso, dividiu-se o projeto nas seguintes etapas: pesquisa histórica, inventário, restauração e o projeto de recomposição do sistema. As etapas de pesquisa histórica e inventário foram concluídas.

Redescobrimo as tipologias

Para uma maior compreensão da iluminação histórica do Centro, foi necessário recorrer à pesquisa histórica e aos registros fotográficos do Rio antigo. Tal pesquisa foi realizada para nortear o projeto, revelando as diferentes tipologias dos elementos de iluminação encontrados ao longo do tempo, em diferentes períodos e lugares. Possibilitando desvelar para cada rua,

largo ou praça, a tipologia outrora existente e embasara restauração e as definições projetuais na área de estudo.

Inventariando

A partir de vistorias, identificou-se as peças remanescentes, que foram catalogadas desde sua diversidade à variação de elementos. Nesse contexto, as peças foram mapeadas e inventariadas, considerando-se a densidade que aparecem na malha urbana, o estado de conservação e tipologias predominantes.

Restaurando

O inventário resultou em medidas para a preservação das tipologias encontradas. Deste modo, foram selecionados exemplares de postes, arco e cordoalha, em melhor estado de conservação, para a produção de moldes e fundição de peças, a partir da matriz, para a complementação do sistema de iluminação.

As peças remanescentes identificadas no inventário serão restauradas e reposicionadas de acordo com o projeto de recomposição do sistema.

Planejando a iluminação

O projeto de recomposição do sistema respeita as preexistências de maneira a recompor a ambiência local. Assim, a escolha das novas peças para implantação no espaço público considera os elementos remanescentes em cada trecho da área piloto, de acordo com a pesquisa histórica e as tipologias encontradas em cada lugar.

Desta forma, o projeto também considera o espaçamento entre as peças e os tipos de luminárias e lâmpadas a serem utilizadas, de maneira a garantir a eficiência energética e, ao mesmo tempo, manter suas características e temperaturas de cor que não agridam ao ambiente protegido, embora proporcione maior luminância.

O processo de Recomposição do Sistema de Iluminação Histórica do Rio de Janeiro tem sido de grande importância para o conhecimento, divulgação, recuperação e memória da iluminação pública do Centro e para propiciar que estas peças continuem fazendo parte da paisagem da cidade que guarda vestígios de outros tempos e vivências.

Projetos premiados

Premiação ASBEA 2022

Edifício Novo Mundo

Localização: Av. Pres. Wilson, 164 - Centro

Grau de proteção: Bem Tombado Municipal

Legislação: Decreto nº 39.232/2014

Categoria: edifícios de serviços e de uso misto



O edifício de linguagem arquitetônica Art Déco foi construído no início da década de 1930 para o uso comercial e de serviços. Por suas características arquitetônicas e pela importância destes exemplares Art Déco na paisagem carioca, o bem foi considerado patrimônio cultural tombado pela municipalidade em 2014.

Localizado em uma área privilegiada da Cidade, com vista para o Parque do Flamengo, Sítio Patrimônio Mundial declarado pela UNES-

CO como Paisagem Cultural, e inserido no contexto do Projeto REVIVER CENTRO, plano municipal de recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região central do Rio, o projeto de requalificação do Edifício Novo Mundo contemplou de forma primorosa a modernização do edifício, mantendo o seu uso comercial sem, no entanto, descaracterizá-lo de seus aspectos arquitetônicos peculiares e relevantes.

O edifício ainda foi reconhecido como uma construção sustentável e foi contemplado com o certificado LEED Platinum, concedido pelo Green Building Council Brasil - GBC, demonstrando que é perfeitamente possível conciliar os atributos de uma edificação de mais de oitenta anos, que é patrimônio cultural, com os avanços tecnológicos da sociedade contemporânea e, assim, transmiti-las para apreciação das gerações futuras.

Teatro Copacabana Palace

Localização: Av. N. S. de Copacabana, 261 - Copacabana

Grau de proteção: Bem Tombado Municipal

Legislação: Decreto nº 39.232/2014

Categoria: edifícios institucionais

Inserido na edificação do Hotel Copacabana Palace, projeto de linguagem estilística inspirada na arquitetura setecentista francesa, do arquiteto francês Joseph Gire, o Teatro do Copacabana Palace foi inaugurado em 1949, ocupando o lugar do cassino existente no Hotel, tornando-se um dos palcos mais importantes da Cidade na época.

Fechado há 27 anos, o Teatro reabriu modernizado, com todo conforto e tecnologia que a atualidade exige, mas com uma proposta perfeitamente harmônica com a arquitetura do Hotel Copacabana Palace, patrimônio cultural nas esferas federal, estadual e municipal.

Apesar do desafio enfrentado de intervir numa edificação tombada e datada de 1923, portanto, quase centenária, o projeto, de grande magnitude e complexidade, teve a sensibilidade e a competência necessária para devolver com maestria ao nosso cotidiano essa verdadeira joia do patrimônio cultural carioca.

Edifício Vitra

Localização: Rua Barão de Jaguaripe, 242 - Ipanema

Grau de proteção: Bem Passível de Renovação

Legislação: Decreto nº 23.161/2003 e Decreto nº 28.224/2007

Categoria: edifícios e conjuntos residenciais



Inserido na APAC de Ipanema, o edifício Vitra, com sua planta flexível e um detalhamento primoroso, poderia ser apenas um edifício avarandado ipanemense entre a lagoa e o mar. Entretanto, se destaca na Rua Barão de Jaguaripe por sua fachada geométrica e elegante. Seus vidros reflexivos, dispostos em forma de prismas, brincam com as cores e a luz natural formando imagens diferenciadas e, como mágica, proporcionam novas paisagens.

Largo do Boticário

Localização: Largo do Boticário nº 20, 26, 28, 30 e 32 - Cosme Velho

Grau de proteção: Bem Preservado

Legislação: Lei nº 1.784/1991

Categoria: menção honrosa

O Beco e o Largo do Boticário compõem um conjunto arquitetônico protegido pelo patrimônio cultural estadual e municipal. Suas casas, que eram térreas, foram reformadas na primeira metade do século XX, recebendo elementos arquitetônicos da época colonial, com materiais de demolições provenientes da abertura da Av. Presidente Vargas.

Desde meados da década de 1990, as casas entraram em processo de degradação.

Após muitos anos de abandono, uma rede hoteleira francesa adquiriu as seis casas tombadas para transformá-las em formato "open house", conceito de hospedagem e convivência combinando hotel, hostel e aluguel privado.



Durante as obras, que se iniciaram em 2020, as edificações foram restauradas e adequadas para receber o novo uso, e no fundo do lote foi construída uma expansão.

Então em 2022 foi inaugurado o JO&JOE Rio Largo do Boticário, que conta com área de hospedagem, bar, restaurante, loja, piscinas e área de coworking.

A requalificação do conjunto promoveu a valorização do Largo do Boticário e seu entorno, integrando-o aos demais equipamentos turísticos da região.

Casa Hillel

Localização: Rua Barão de Jaguaripe, 182 - Ipanema

Grau de proteção: Bem Preservado

Legislação: Decreto nº 23.161/2003 e Decreto nº 28.224/2007

Categoria: menção honrosa

A Casa Hillel, é um centro cultural destinado a receber um público jovem. Através de atividades diversas, busca fomentar e aguçar o interesse em criar qualquer tipo de conteúdo, através da integração social, técnica e cultural. Uma fábrica de ideias. O edifício é um exemplar da arquitetura Art Déco carioca e está preserva-



do pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, inserido na APAC de Ipanema. Por conta disto, antes de iniciar o exercício projetual, o escritório buscou o órgão de tutela do patrimônio cultural para, então receber as orientações e traçar em conjunto o conceito de intervenção arquitetônica, com o foco principal de renovação e requalificação da edificação histórica, trazendo um novo uso que lhe permita renascer em plenitude, e também contribuir com a melhoria do ambiente urbano da cidade.

O projeto passou por uma sensível intervenção nas áreas internas, onde em razão do programa elaborado, foram criados espaços mais amplos que os originais. Foi erguida uma subestrutura, em perfis metálicos, não somente para criar espaços flexíveis em ambientes adaptáveis às diversas atividades propostas, mas também para reconstruir novos acessos verticais, tanto escada como elevador, e com isso garantir atendimento às normas técnicas vigentes e acessibilidade universal. Externamente, as fachadas foram restauradas e os elementos relevantes valorizados, com a manutenção das esquadrias originais em ferro fundido, bem como os volumes “ritmados” dos balcões e varandas em alvenaria.

Outros projetos de destaque

Edifício Mesbla

Localização: Rua do Passeio, 56 - Centro

Grau de proteção: Bem Tombado Municipal

Legislação: Decreto nº 18.837/2000 e Decreto nº 24.682/2004

O edifício em questão é um exemplar da arquitetura Art Déco carioca e nele funcionou o magazine Mesbla, como era conhecido, que foi referência no comércio elegante da cidade. Projetado por Henri Paul Pierre Sajous e Auguste Rendu, o edifício, construído em 1934, tem como elemento de destaque a torre do relógio.

O projeto, orientado pela equipe do IRPH, visa a reforma e transformação de uso de edificação comercial para edificação de uso

misto, comercial e residencial, além da restauração das fachadas e relógio da torre.



Na proposta, o primeiro pavimento permanece como espaço comercial. No segundo pavimento funcionará salão de festas, academia, depósito e bicicletário para atender ao edifício. E nos pavimentos superiores serão construídas 93 unidades de 01 quarto e mais 29 unidades de quarto/sala. A cobertura terá uma área de lazer contendo deck, piscina e churrasqueira.

Antigo Hotel Glória

Localização: Rua do Russel, 632 – Glória

Grau de proteção: Bem Preservado

Legislação: Decreto 25.550/2005

O Antigo Hotel Glória foi inaugurado em 15 de agosto de 1922, na mesma época à realização da Exposição Internacional de 1922 em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. O projeto com tendência estilística

neoclássica é assinado pelo arquiteto francês Joseph Gire, autor e coautor de várias obras arquitetônicas icônicas na Cidade do Rio de Janeiro, tais como o Hotel Copacabana Palace, Edifício A Noite, Palácio Laranjeiras, dentre outras. A edificação, em sua concepção original, era dotada de teatro, cassino, salões de festas e de jogos, áreas de lazer e quartos de hóspedes, sendo considerada um hotel de luxo e o primeiro hotel cinco estrelas do Brasil.

Conhecido por hospedar artistas do cinema, cantores, políticos e chefes de Estado, o Hotel Glória ficou famoso também por sediar importantes eventos como convenções, congressos, bailes e concurso de fantasias de carnaval.

O Hotel Glória ficou 86 anos em atividade. Em 2008 foi vendido ao Grupo EBX que tinha interesse em reformar o edifício e transformá-lo em um hotel seis estrelas. Mas em 2013 o grupo faliu, as obras foram paralisadas e a reforma do hotel não foi concluída.

O projeto, orientado pela equipe do IRPH, visa adaptar a edificação principal e seu anexo, além de propor uma nova edificação, criando um complexo residencial contando com 266 unidades residenciais e 4 lojas.

A edificação principal terá suas fachadas restauradas e receberá reforma interna para abrigar 86 unidades residenciais. A edificação anexa será totalmente reformada, incluindo fachada, e abrigará 68 unidades residenciais. Na edificação nova estarão alocadas 110 unidades residenciais.



Escadaria Selarón

Localização: Rua Manoel Carneiro - Lapa

Grau de proteção: Bem Tombado Municipal

Legislação: Decreto nº 25.273/2005

A Escadaria Selarón é de autoria do artista plástico chileno radicado no Brasil Jorge Selarón. A obra, que consiste em um grande mosaico de azulejos, cerâmicas e espelhos nos degraus e entorno, fica em frente à casa onde o artista morou.

Em 2021 o Bem Tombado foi visitado por um turista da Arábia Saudita, Influenciador Digital com milhares de seguidores, que verificou a existência de um azulejo próximo ao chão com inscrições árabes que contém o nome de Allah.

A postagem em rede social gerou grande comoção entre a comunidade muçulmana uma vez que, segundo a crença muçulmana, objetos contendo o nome de Allah não podem ficar em locais onde as pessoas possam pisá-los, sendo considerado desrespeito a religião. Após solicitação, endossada pela Coordenadoria Executiva de Diversidade Religiosa e pelo Presidente da Sociedade Beneficente de Muçulmanos do Rio de Janeiro, o IRPH e o CMPC deliberaram pelo remanejamento do azulejo.

Em um segundo momento, foi realizada vistoria cuidadosa por técnicos do IRPH a Escadaria Selarón, quando foi verificado que se tratavam de 06 azulejos com inscrições contendo o nome de Allah, em posições que ferem a religião Muçulmana.

Desta forma, foi encaminhada ao CMPC a solicitação do remanejamento e a proposta para a recomposição dos espaços vazios após o reposicionamento dos 06 azulejos, também obtendo aprovação.

As decisões técnicas do IRPH, aprovadas pelo CMPC, seguem a seguintes premissas:

- Embora seja considerada uma obra de arte, a Escadaria Selarón permanece sendo um espaço público, sendo utilizado e visitado por milhares de turistas de diversas nacionalidades e religiões, e que o posicionamento dos azulejos indicados desrespeita a religião Muçulmana;

- A Escadaria Selarón constitui uma obra de arte realizada como um grande mosaico, e que sendo assim seu valor inclui não somente cada peça, mas principalmente a fruição da obra na sua totalidade;
- A solicitação se refere a reposicionar os azulejos, e não a excluí-los da obra de arte;



- A proposta de recomposição é justificada com o 2º. axioma de Cesare Brandi: "A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo". Desta forma, acreditamos que as peças cerâmicas de cor semelhante as peças remanejadas recompõem a obra restabelecendo sua unidade potencial, sem criar um falso artístico e respeitando a história da obra de arte.

Palacete na Rua Visconde de Ouro Preto

Localização: Rua Visconde de Ouro Preto, 67 - Botafogo

Grau de proteção: Bem Preservado

Legislação: Decreto nº 22.221/2002 e Decreto nº 22.643/03

O imóvel situado à Rua Visconde de Ouro Preto, nº 67, em Botafogo. é classificado como bem preservado e inserido na subárea 2 da APAC Botafogo.



O Palacete em estilo art-déco, projetado pelo arquiteto Edgard Vianna (1895-1936), será totalmente restaurado e irá abrigar unidades habitacionais. Nos fundos do lote, foi aprovada a construção de uma nova edificação multifamiliar, cuja arquitetura se harmoniza com a estética do bem protegido. O empreendimento, além de proporcionar a requalificação do uso do Palacete, irá garantir a sua salvaguarda e a trans-

missão deste patrimônio cultural às gerações futuras.



Terminal Intermodal Gentileza - TIG

Localização: Av. Francisco Bicalho, s/n

Grau de proteção: entorno de Bem Tombado - pinturas e escritos do Profeta Gentileza

Legislação: Decreto nº 19.188/2000

O Terminal Intermodal Gentileza, localizada na Região Portuária do Rio, no antigo terreno do Gasômetro, deve ficar pronto até o fim de 2023.

O TIG, como foi batizado, vai ser uma estação de integração entre o BRT Transbrasil, VLT e linhas de ônibus municipais regulares. O projeto incorpora os escritos do Profeta Gen-



tileza pintados nos pilares do Viaduto do Caju, patrimônio tombado pelo Decreto Municipal nº 19.188/2000. Parte do Livro Aberto, como as pinturas são conhecidas, serão destaques na nova estação, com iluminação diferenciada e painéis explicativos sobre a história das pinturas e do Profeta Gentileza que as concebeu.

3º Prêmio Maurício de Almeida Abreu de teses e dissertações

O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP lançou, em 2022, o Edital do Prêmio IPP-Rio Maurício de Almeida Abreu para teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre o Município e suas interações com a Região Metropolitana.

O Concurso Público teve como objeto a seleção e premiação das duas melhores teses de doutorado, duas melhores dissertações de mestrado que estimulassem a reflexão sobre o processo de desenvolvimento social, urbano, econômico, político, cultural, ambiental, histórico e do patrimônio histórico do Município do Rio de Janeiro e suas interações com a Região Metropolitana. Além disso, poderia ser concedida uma menção honrosa ao melhor trabalho (tese ou dissertação) que abordasse o Bicentenário da Independência do Brasil de maneira central ou correlata, entre outras menções honrosas a critério da banca avaliadora.

A banca foi composta por servidoras e servidores da SMPU, IPP e IRPH. Por parte do IRPH, as servidoras Juliana Oakim e Paula de Oliveira Camargo integraram a banca, participando das reuniões para estabelecimento dos procedimentos de trabalho e da análise dos

trabalhos.

A Comissão se reuniu no dia 2 de dezembro de 2022 para definir as vencedoras e os vencedores do concurso. Tendo recebido cento e quatorze trabalhos habilitados, a Comissão procedeu à leitura dos mesmos durante cerca de um mês até a deliberação final.

A seleção dos trabalhos premiados levou em consideração os critérios estabelecidos no Edital: originalidade, relevância para a ampliação do conhecimento sobre o desenvolvimento social, urbano, econômico, político, cultural, ambiental, histórico urbano, e de patrimônio histórico do Município do Rio de Janeiro e suas interações com a Região Metropolitana. Foi levada em consideração também a possibilidade do aproveitamento dos conteúdos na formulação de políticas públicas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Além disso, a comissão julgadora concedeu quatro menções honrosas em cada categoria (doutorado e mestrado), sendo uma tese e uma dissertação com temas que abordaram o Bicentenário da Independência do Brasil.

Destacamos a participação do IRPH na defesa e seleção dos trabalhos que tratam do Patrimônio Cultural como temas principais de pesquisa.

Foram premiados os trabalhos:

Doutorado:

1º lugar: "Isso não pode ser normal: a vida em favela sob o olhar de um corpo em desalinhamento".

2º lugar: "Rodovia metropolitana. Lógicas projetuais na Avenida Brasil".

Menção honrosa do Bicentenário da Independência do Brasil: "A Exposição Internacional do Centenário da Independência Política do Brasil em 1922 e a Cidade do Rio de Janeiro: suas representações nos periódicos".

Menção honrosa: "Sobre o corre da arte: uma etnografia dos futuros vividos e do ganhar a vida na cidade do rio de janeiro".

Menção honrosa: "Um estudo sobre narrativas de jovens moradores da Maré-RJ: oportunidades para os territórios educativos".

Menção honrosa: "Metodologia para o plane-

	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	39

jamento da paisagem urbana: a drenagem como sistema estruturante do planejamento e o sistema de espaços livres multifuncional **como ordenador da paisagem urbana**".

Mestrado

1º lugar: "Patrimônio cultural quilombola: a margem no centro de narrativas, imaginários e representações no Camorim, Rio de Janeiro - RJ".

2º lugar: "Que tiro foi esse? O medo na favela **como ele é**".

Menção honrosa do Bicentenário da Independência do Brasil: "**Imagens do passado: uma contribuição dos geógrafos na construção da história do Rio de Janeiro**".

Menção honrosa: "**O patrimônio industrial para além do lugar de trabalho: as diferentes perspectivas sobre a memória no contexto da CIA Nacional de Tecidos Nova América - RJ**".

Menção honrosa: "**A (des)união dos poderes e as políticas de gestão e planejamento metropolitano**".

Menção honrosa: "**Rio que mora no mar: a bossa-nova na construção da marca turística do Rio de Janeiro**".

Concurso de fotografias "Olhos de Reviver Centro"

O Rio de Janeiro possui um diferenciado acervo de bens culturais que compõem o patrimônio cultural da cidade. São bens de natureza material e imaterial dentre os quais podemos destacar edificações, sítios arqueológicos, áreas urbanas ou naturais, expressões do fazer humano tradicional e da arte popular.

O concurso de fotografias "Olhos de Ver - Edição Olhos de Reviver Centro" teve por finalidade estimular a população carioca à um novo olhar sobre o patrimônio cultural do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, sensibilizando o povo a conhecer não apenas aspectos do patrimônio cultural consagrado e reconhecido pelos órgãos de proteção municipal, mas também o patrimônio eleito por essa população, com vistas ao fortalecimento de uma identidade

de local da área Central e Portuária da Cidade do Rio de Janeiro.

O referido concurso de fotografias foi lançado em 25 de janeiro de 2022, conforme Edital de Seleção N° 001/2022 publicado no Diário Oficial do Município. Esse concurso foi concebido no âmbito do programa "Reviver Centro".

Esse concurso não é um caso isolado já que o IRPH, desde a década de 1980, vem promovendo o patrimônio cultural carioca através de diversos concursos de fotografias, usualmente denominados "Olhos de Ver". Desde então, já foram realizados dezenas de concursos, dos quais a grande maioria resultou em publicações de coleções de cartões postais com as fotografias vencedoras. Este ano a premiação foi diferente, com a publicação das sessenta fotografias vencedoras em mídia digital, através dos principais canais de comunicação oficial, como o site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, mas também nas redes sociais oficiais da própria Prefeitura.

Abaixo, uma das 60 fotografias vencedoras do concurso. Sob o título: "Rua Sete de Setembro, em detalhe o VLT e a Casa Cavé". Autora: Estela da Silva Neto.



Tirolesa do Pão de Açúcar

O Escritório Técnico da Paisagem Cultural - ETPC participou, neste ano de 2022, do processo de licenciamento, solicitado pela Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar, de uma tirolesa ligando os Morros do Pão de Açúcar e da Urca, bens tombados em esfera federal e parte integrante do Sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar.



O projeto da tirolesa faz parte de um plano maior, que abrange as três estações e reestrutura fluxos e espaços existentes, elaborado pelo escritório de arquitetura Índio da Costa, ainda em fase de aprovação. Esta primeira etapa, já licenciada, consiste na instalação de mais quatro cabos, paralelos aos existentes, para a descida de 4 cadeiras individuais simultaneamente, e da adaptação da área da antiga esta-

ção dos bondes, hoje áreas técnicas sem acesso público, com a construção de mirantes, rampas e plataformas de circulação, a fim de garantir acessibilidade plena e melhorar a chegada da trilha que parte da Pista Cláudio Coutinho.

Ao vistoriar o local, ficou claro que o impacto visual da tirolesa e sua estrutura na paisagem, devido à escala e posição dos elementos, seria muito pequeno e não acarretaria perda da integridade do seu valor universal excepcional. Por sua vez, muito se ganharia com a criação de novas possibilidades de vivenciar esta paisagem, garantindo melhores condições de acessibilidade.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC, pelo Iphan e pela Secretaria de Meio Ambiente - SMAC, além de discutido com o CONSEMONA - Conselho do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, e tem previsão de inauguração no segundo semestre de 2023.

Espaço Dona Ivone Lara

O Parque Nise da Silveira foi projetado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade como área de lazer e de contemplação, além de contribuir para a oferta de áreas verdes no bairro e na cidade, visando a preservação da memória da história do tratamento psiquiátrico no Brasil, onde o papel da dra. Nise da Silveira tem especial enfoque e valorização.



Em abril de 2022, parte deste parque foi aberto ao público com a inauguração do Espaço Dona Ivone Lara, que homenageia esta figura ilustre e sua contribuição para o tratamento psiquiátrico. Um lugar de encontro, convivência, permanência e reflexão, que possibilita o desenvolvimento de diferentes atividades nos seus espaços.

Na área de convivência, o platô circular e plano, sombreado por uma árvore frondosa, permite a realização de práticas culturais, práticas esportivas, entre outras atividades. Junto ao rio, próximo a esta área, foi criado um lugar para piqueniques.



Na área infantil, as crianças podem brincar de balanço, escorrega e brinquedos diversos. O espaço foi cercado com bancos, proporcionando maior segurança e conforto para os pais que observam seus filhos.

O espaço livre projetado para exposições deu lugar a um "parcão", uma área cercada para cachorros, atendendo às demandas da comunidade local.

Os extensos bancos curvos em concreto, integrados à arborização do parque criam espaços de permanência e convite para a contemplação e, ao mesmo tempo, se integram aos percursos que se delineiam no terreno e permitem a exploração dos seus diferentes trechos.

Além disso, as áreas de jardins permeiam os espaços e contribuem para a leitura das transições de níveis existentes no terreno, onde o plantio de espécies arbustivas, vegetação forrageira e novas árvores, estimulam a perma-

nência e convívio.

O acesso ao Espaço Dona Ivone Lara, próximo à upa, voltado para a rua dr. Leal, permite a integração deste lugar com os grandes eixos de circulação propostos no masterplan do Parque Nise da Silveira e sua conexão com a malha urbana.

Desde sua inauguração, este espaço vem sendo apropriado pela população e tem se mostrado bastante significativo, oferecendo possibilidades de lazer neste bairro, com poucas áreas verdes e livres.

Deliberação Normativa do CMPC para publicidade iluminada em áreas de proteção cultural

Com a crescente demanda por veiculação de publicidade que, mais recentemente, vêm utilizando a tecnologia dos painéis eletrônicos com diodos emissores de luz, ou apenas LED, assim como os já usuais painéis publicitários iluminados (frontlight) ou retroiluminados (backlight), sobretudo na proximidade de bens tombados ou em áreas de proteção cultural, como as APAC, ficou evidente a necessidade de se estabelecer critérios e parâmetros, também com o objetivo de promover uma maior celeridade à resposta do IRPH quanto ao licenciamento desses engenhos publicitários na cidade.



Até então, na ausência de qualquer regulamentação do patrimônio cultural para tais elementos no espaço público, era usual que a grande maioria dos pedidos de licença para a instalação desses engenhos fosse encaminhada para análise e manifestação do CMPC, que se reúne somente a cada duas semanas, o que, por esse motivo, vinha causando grande lentidão no processo de licenciamento.

Além disso, há de se considerar que o licenciamento indiscriminado de painéis publicitários com iluminação própria, de LED ou de qualquer outra tecnologia, sem as devidas ressalvas, pode ser significativamente prejudicial à paisagem, aos ambientes culturais e aos bens protegidos.



Para tanto, foi realizado um trabalho multidisciplinar, envolvendo os diferentes setores do IRPH que tratam do assunto, além de consultores de empresas que trabalham com esse tipo de equipamento.

Por fim, na reunião do dia 23 de junho de 2022, o CMPC manifestou-se favoravelmente à minuta da Deliberação Normativa proposta. No entanto, embora efetivamente ainda não tenha sido publicada, já embasa a análise do corpo técnico do IRPH quanto às solicitações de licenciamento de publicidade iluminada.

A seguir, destaca-se algumas das diretrizes constantes na Deliberação Normativa do CMPC quanto ao licenciamento de publicidade iluminada (LED ou outra tecnologia) em áreas e imóveis sob a tutela do IRPH:

- No entorno de Bens Preservados Municipais, Bens Tombados Municipais, Bens Tombados Estaduais e Bens Tombados Federais situar-se a 20,00 m ou mais destes bens;

- Não se situar em área integrante do Sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a montanha e o mar – Patrimônio Mundial reconhecido pela UNESCO ou a menos de 20,00 m desses locais;
- Não se situar em área integrante do Sítio Arqueológico Cais do Valongo – Patrimônio Mundial reconhecido pela UNESCO, ou a menos de 50,00 m desse local;
- Situar-se a 50,00 m ou mais de qualquer outro engenho publicitário licenciado que utilize a mesma tecnologia ou similar;
- Os engenhos publicitários que utilizam tecnologia de painéis eletrônicos com diodos emissores de luz – LED, ou tecnologia similar, deverão reduzir o brilho dos painéis para, no máximo, 200 cd/m², diariamente, entre 18h e 6h.

Livro “Mulheres e a construção da cidade: histórias do urbanismo do Rio de Janeiro”

O livro Mulheres e a construção da cidade: histórias do urbanismo do Rio de Janeiro apresenta a trajetória de oito urbanistas, servidoras públicas, que contribuíram para o planejamento, formação e desenho da Cidade do Rio de Janeiro. São elas: Angela Fonti, Carmen Portinho, Helia Nacif, Iracy Ozorio, Leticia Hazan, Nina Rabha, Olga Campista, e Verena Andreatta. Elas foram selecionadas pela sua representatividade dentro de um recorte temporal limitado ao século XX.



	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	43

A obra foi idealizada e organizada pela ex-presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Claudia Escarlate, ainda em 2019, e contou com todo o apoio da atual presidente, Laura Di Blasi, para sua finalização.



Os textos do livro foram realizados pelas autoras e autores Carolina Calvente, Emmanuel Bellard, Lucia Helena Torres, Paula de Oliveira Camargo e Rafael Koury, que compõem o quadro técnico do IRPH. Por meio de pesquisa documental, entrevistas e análise de acervo, a equipe traçou os perfis das arquitetas, urbanistas e engenheiras, fazendo com que o livro seja um documento importante para quem quiser ter informações sobre as realizações dessas mulheres na cidade do Rio.

Durante o ano de 2022, o livro entrou em fase de finalização pela Editora Tix. A equipe do IRPH trabalhou nas etapas de finalização e revisão de texto, edição, acompanhamento da produção de imagens, aprovação do produto final editado e organização, junto à editora responsável, do evento de lançamento, que ocorreu em janeiro de 2023 no MAM-Rio.



Mulheres e a construção da cidade: histórias do urbanismo do Rio de Janeiro

Organização: Claudia Escarlate

Ilustrações: Ana Borelli

Textos: Ballard, Emmanuel; Calvente, Carolina; Camargo, Paula de Oliveira; Koury, Rafael; Torres, Lucia Helena.

Rio de Janeiro: Tix Edições e Arte, 2022. 192 páginas. ISBN: 978-65-88116-04-3

Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca

A cidade do Rio de Janeiro possui um diferenciado acervo de bens culturais. Devido à sua posição de irradiadora de cultura, aqui ocorreram diversos fatos significativos para nossa história cultural. É sobre este âmbito que atua o projeto Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca.



44	IRPH	Relatório Anual de Atividades 2022	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade	

Através da fixação de placas informativas, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, produz na cidade novos documentos monumentos, reescrevendo o significado de locais, homenageando personalidades e contando fatos históricos e curiosos da nossa cidade, divulgando e promovendo aspectos culturais e estabelecendo uma nova relação entre eles e os habitantes.

Em sua maioria, as placas são organizadas em circuitos (temas), como por exemplo: samba, bossa nova, botequins, águas, liberdade, art-déco e muitos outros que destacam tais personagens, lugares e acontecimentos notáveis que o IRPH seleciona, com a participação da sociedade, e afixa as placas em locais de destaque.

Em 2022, foram instaladas oito placas. São elas:

Bar Baixo Gago, do Circuito dos Botequins - Inaugurado na década de 1940, o tradicional Baixo Gago reúne a boemia da cidade e mantém a tradição da Mesa Uno.

Bar Galeto Sat's, do Circuito dos Botequins - Fundado pelos espanhóis Garcia e Rivera, o tradicional Sat's é comandado com maestria pela família Rabello desde 2010. É ponto de encontro para um chope gelado também nas madrugadas, uma marco da boemia carioca.



Cachambeer, do Circuito dos Botequins - Inaugurado em 2002 pelo dono Marcelo Novaes, o Cachambeer é um ícone dos botecos cariocas. É famoso por sua costela no bafo e petiscos generosos como o Infarto Completo e o Filezão Metido a Besta. Seus frequentadores advêm de toda a cidade por causa do seu jeito genuinamente suburbano.

Bibi Ferreira, do Circuito dos Teatros - Bibi Ferreira (1922-2019), uma artista completa; atuando no cinema, teatro, música e televisão. Fez da arte sua vida, deste endereço o seu recanto.

Francisco Carlos, El boto, do Circuito do Rádio - Aqui viveu Francisco Carlos (1928-2003), ator, compositor e pintor. Em 1958, foi eleito Rei do Rádio, ganhando a alcunha de El Broto.

Austregésilo de Athayde, do Circuito da Literatura - Aqui morou o professor, jornalista, cronista, ensaísta, orador e terceiro ocupante da cadeira 8 da Academia Brasileira de Letras, Belarmino Maria Austregésilo de Athayde.

Churrascaria Palace, do Circuito dos Negócios Tradicionais - Fundada em 1951 no Leme, mudou-se para a região art-déco do Lido, em Copacabana em 1962, onde se encontra até hoje. Ao longo de sua história se tornou um lugar de grandes encontros e uma referência na gastronomia do Rio de Janeiro.



Teatro Casa Grande, do Circuito do Teatro - Inaugurado em 1966, palco de shows memoráveis, o então denominado "Café Teatro Casa Grande" veio a constituir parte indissociável do cenário cultural carioca. Durante o regime militar, o teatro se tornou um espaço de debate e resistência, vindo a ser conhecido com "Território livre da democracia no Brasil".

Participação no CTPD – Comitê Técnico do Plano Diretor

Durante o ano de 2022, o IRPH teve uma ampla e efetiva participação nas questões que envolvem a elaboração do novo Plano Diretor, podendo citar: participação nas reuniões de acompanhamento da revisão do Plano Diretor, como membro titular do Comitê Técnico do Plano Diretor; acompanhamentos das audiências públicas realizadas pelo poder executivo e pelo poder legislativo; reuniões com a equipe da SMPU, responsável pela revisão do plano, para questões relativas a legislação das áreas de proteção do patrimônio cultural; apresentação de emendas para ajustes dos artigos do plano diretor relativos ao patrimônio cultural; participação na análise das emendas apresentadas pela sociedade civil aos artigos referentes ao patrimônio cultural e reuniões com a sociedade civil sobre questionamentos a respeito das legislações das áreas de proteção do patrimônio cultural no âmbito do novo plano diretor.

Cartilha de prevenção de incêndios em bens protegidos

O Manual intitulado "Cartilha de Prevenção de Incêndios em Bens Protegidos" foi elaborada dentro do Plano de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro, desenvolvido partir da publicação do Decreto no 48.348 de 1o de janeiro de 2021 - Institui o Grupo de Trabalho de Requalificação do Centro do Rio de Janeiro, abrangendo a I R.A. - Portuária e II R.A.

O presente Manual faz parte dos Projetos e Programas que compõem o Plano de Trabalho proposto pelo IRPH, dentro do eixo temático de Legislação e Licenciamento Urbano, e cumpre uma das Metas do Acordo de Resultados 2022 da SMPU.

A importância da publicação deste manual reside no fato de que o patrimônio cultural carioca, que define a nossa identidade e nos diferencia como Cidade única, é um bem comum, pertencente a todos os cidadãos. Nas últimas décadas, incêndios ocasionaram a perda

de diversos imóveis protegidos na cidade do Rio de Janeiro, com prejuízos aos proprietários e àqueles que usufruem da cidade e de seu Patrimônio. Sendo assim, a conservação do patrimônio cultural conclama à responsabilidade integrada dos poderes locais e da participação da sociedade com o mesmo objetivo: fazer perdurar no presente os testemunhos vivos de suas tradições às gerações futuras.

A "Cartilha de Prevenção de Incêndios em Bens Protegidos" visa alertar proprietários e usuários de bens protegidos para a questão do fogo, uma das maiores ameaças à destruição desse patrimônio, orientando de forma simples e objetiva a minimizar os riscos de incêndio em imóveis. A publicação apresenta orientações técnicas e medidas de segurança simples, mas de extrema eficácia na prevenção de sinistros causados pelo fogo.



O objetivo do IRPH com a publicação deste Manual é o de tratar o assunto de maneira preventiva, sensibilizando os responsáveis pelos imóveis protegidos a cuidarem da integridade destes bens e, assim, colaborar com a conservação do Patrimônio Cultural que pertence a todos nós e ao qual temos direito, de acordo com a Constituição.



Rio

PREFEITURA

INSTITUTO RIO
PATRIMÔNIO DA
HUMANIDADE